



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Contornos: Sul de Caraguatatuba e de São Sebastião", de responsabilidade do DER - Departamento de Estradas de Rodagem e da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, na cidade de São Sebastião, em 21 de maio de 2012.**

Realizou-se, no dia 21 de maio de 2012, às 17 horas, no Teatro Municipal de São Sebastião, Avenida Altino Arantes, nº 2, Centro, São Sebastião/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Contornos: Sul de Caraguatatuba e de São Sebastião", de responsabilidade do DER - Departamento de Estradas de Rodagem e da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A (Processo 062/2009). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Ernani Bilotti Primazzi e Antonio Luiz Colucci, Prefeitos dos Municípios de São Sebastião e Ilha Bela, respectivamente; Sérgio Félix, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de São Sebastião; Eduardo Hipólito do Rego, Secretário de Meio Ambiente do Município de São Sebastião; Antônio Carlos dos Santos, Secretário da Fazenda do Município de São Sebastião; Ângela Couto, Secretária de Educação do Município de São Sebastião; e Urandy Rocha Leite, Secretário de Administração do Município de São Sebastião –, do Poder Legislativo – nas pessoas do Excelentíssimo Senhor Vereador Artur Balutti, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião; e de Marcos Tenório, também vereador pelo Município de São Sebastião –, dos órgãos públicos – na pessoa da Ilustríssima Senhora Rita de Cássia, representante do Conselho Municipal de Assistência Social de São Sebastião –, das organizações da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Adelson Pimenta, representante das Redes Sociais de São Sebastião –, do Poder Judiciário, do Ministério Público, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Contornos: Sul de Caraguatatuba e de São Sebastião”, de responsabilidade do DER - Departamento de Estrada de Rodagens e da DERSA Desenvolvimento Rodoviária S/A (Proc. 062/2009). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Após declarar que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA, naquele momento ausentes, observou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, o engº. Rodrigo Passos Cunha, representando o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, a quem convidou para também compor a Mesa. Rodrigo Passos Cunha declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o empreendimento que era objeto dessa audiência. Comentou que o ele se encontrava na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo sinalizando ou rejeitando o empreendimento, sob a ótica de sua viabilidade ambiental. Acrescentou que esse parecer seria encaminhado ao CONSEMA, cujo Plenário avocaria ou não para si sua análise. Em caso positivo, observou, esse documento será analisado pelos membros desse Colegiado, os quais corroborarão ou não a indicação que a CETESB nele oferece sobre a viabilidade ou inviabilidade do empreendimento. Se reconhecida tal viabilidade, o CONSEMA concederá a licença prévia e encaminhará o processo para o Departamento de Avaliação de Empreendimentos da CETESB, para que dê continuação ao licenciamento. Lembrou que as sugestões apresentadas e os posicionamentos adotados durante as audiências seriam igualmente analisados pela equipe de técnicos da CETESB, e, no caso de serem aceitos, incorporados ao parecer. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Stanislaw Marka, representante do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, enquanto Ana Maria Iversson, representante da IGP Consultoria, empresa responsável pela elaboração dos estudos, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, precisamente os motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena ocupação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e as medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Rita de Cássia, assistente social e representante do Conselho Municipal de Assistência Social de São Sebastião, disse trazer alguns questionamentos não resolvidos quando da primeira audiência. Reiterou que não teve como saber, até aquele momento, se houve modificação substancial na alça de acesso da Enseada e no próprio traçado de acesso ao bairro do Jaraguá, tendo-lhe chegado ao conhecimento que a alça de acesso ao bairro de São Francisco fora retirada. Observou ter havido pequena mudança no traçado junto ao Centro de Controle de Zoonoses, nas proximidades de uma área residencial, e propôs fosse alterada determinada curva. Questionou também acerca de uma possível ampliação do Porto, assim como sobre o prazo total de implantação



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

da obra e sobre como se dará a realocação das famílias expropriadas. Adelson Pimenta, representante das Redes Sociais de São Sebastião, manifestou sua preocupação com uma possível ausência do representante do Ministério Público naquela audiência, posto que na que a precedeu ele não se fez presente, ponderando que isso representava uma perda de qualidade do evento. Patenteou sua preocupação com a desapropriação das famílias, e confessou parecer-lhe pouco crível que o diálogo proposto entre comunidade afetada pelo empreendimento, Ministério Público, Municipalidade, Defensoria Pública e empreendedores tivesse garantida sua segurança jurídica. Ao final, requereu fossem disponibilizados expedientes capazes de propiciar a oitiva das reclamações e sugestões da população da área sob influência do empreendimento. Passou-se à etapa em que se manifestam pessoas que, sem representar órgãos públicos ou entidades da sociedade civil, falam em seu próprio e exclusivo nome. Vitorio M. M. Papini requereu fosse detalhado o projeto de determinada rotatória, que indicou, e esclarecido como se dará a intersecção com a rodovia SP-55, conforme referido no primeiro EIA. Ressaltou incompatibilidades entre o programa de remoção das famílias e o cronograma das obras, e ofereceu detalhes a respeito. Questionou ainda como ficarão as famílias expropriadas que não possuem título de propriedade de seus imóveis. Requereu também informações mais precisas e aprofundamento dos estudos acerca da área destinada ao estacionamento de caminhões, que teme seja supradimensionada. Queixou-se do reduzido rol, no projeto, de medidas compensatórias para os impactos que a obra terá sobre o Município, como ainda sobre a delimitação da área retroportuária e seus reflexos sobre o trânsito de veículos na região. Edvan Silva de Jesus, após declarar que muitos de seus questionamentos foram já formulados por aqueles que o antecederam no uso da palavra, registrou sua preocupação, uma vez mais, com os impactos sobre a população do entorno do empreendimento, situação em que também ele, confessou, se encontrava, e indagou sobre a definição do local em que serão assentadas as famílias. Oziel Cristino de Oliveira fez saber de sua preocupação com a questão da segurança na rodovia, mormente quanto ao atendimento aos eventuais acidentes no interior de qualquer de seus vários túneis. Reiterou sua preocupação com a realocação das famílias, com os valores pagos em indenização aos expropriados, e ponderou que essas famílias devem ter seus interesses na justa medida considerados pelos empreendedores. Francisco de Assis Porpino da Silva perquiriu qual o posicionamento do empreendedor acerca da comunidade do Portal da Olaria, a que pertence, especialmente dos moradores da Rua Vereda da Olaria, e fez votos de que o Contorno Sul traga benefícios para a população local, para o Município e para o próprio Estado. Izaneide Sales declarou-se moradora de área próxima à Rodovia SP-55, e protestou contra a fragmentação das obras, para as quais se prevê uma ampliação somente em cerca de dez anos. Protestou ainda quanto à previsão, conforme constante do projeto, de que 40% da mão-de-obra especializada a ser utilizada no Contorno Sul venham de outros municípios, e propôs fossem com esse intuito treinados os profissionais disponíveis na própria cidade. Camila Aquino manifestou sua satisfação com a significativa presença de populares e autoridades ao evento, fato que testemunhava a relevância que o projeto em discussão tem para o Município e reiterou, fornecendo farta argumentação em defesa do seu pleito, o posicionamento de Izaneide Sales, instando a Municipalidade a implementar o mais breve possível programas de qualificação profissional para a população sebastianense. Requereu outrossim fossem cumpridos os compromissos de reassentamento das populações das áreas objeto de desapropriação, de modo particular com relação aos casos em que não havia escritura dos imóveis, destinando, conforme previsto, essas pessoas a local apropriado. Sugeriu a respeito fosse reservada uma quota de vagas aos egressos do sistema penitenciário, e terminou destacando a importância de incluir-se no projeto a implantação de uma ciclovia. Fernando



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Puga questionou a razão de não se duplicar o trecho de serra da rodovia, maior gargalo do trânsito na cidade, suscitou dúvidas acerca da logística do reassentamento, mencionando episódio ocorrido por ocasião de empreendimento que teve lugar em Carapicuíba, e do qual, das mais de dez mil famílias expropriadas, apenas mil e oitenta e oito teriam conseguido ser reassentadas, e citou ainda caso ocorrido em licenciamento de obra no município de Poá, em que os valores oferecidos pelos imóveis desapropriados eram muito aquém do valor de mercado. Fernando Alves dos Santos indagou, em tom incrédulo, se o sem-número de dúvidas expostas naquela audiência seriam a contento esclarecidas. Warles Brandão Santos pleiteou fosse garantido às famílias que não detêm escrituras definitivas de seus imóveis que receberiam justa indenização pela sua expropriação. Hipólito Carvalho de Santana ressaltou incongruências no traçado proposto no EIA, chamando a atenção para o fato de que maior e mais danoso que o impacto sobre o ambiente físico era o impacto social da obra, sobre o que elencou alguns dos impactos mais relevantes. João Amorim denunciou manipulação, por parte do Governo do Estado e em defesa de seus próprios interesses, da população sebastianense. Ressaltou o descaso com que a população afetada pelo empreendimento é tratada, e defendeu um mais aprofundado diálogo entre as partes interessadas, de modo a assegurar a prevalência da melhor proposta de traçado da rodovia, em benefício da população local. Eduardo Melchert enalteceu a beleza natural da região em que vive e reconheceu que era justamente o gargalo existente na rodovia que até aquele momento havia permitido fosse a área preservada, razão pela qual entendia que qualquer ampliação da capacidade de tráfego de veículos na região poderia gerar desequilíbrio nessa delicada equação. Postulou, enquanto cidadão, o direito de opinar acerca do que considera o melhor encaminhamento para seu município, alertou para a necessidade de se zelar pela preservação da entrada da Enseada e reivindicou ciclovias para São Sebastião. Marcelo de Oliveira Ferreira evocou questões relacionadas com o *quantum* indenizatório das expropriações e com a destinação das famílias que tem que deixar seus imóveis. Reiterou também as dificuldades que serão criadas ao trânsito de veículos automotores e a necessidade de se dar por norma preferência aos trabalhadores do Município durante a implantação do empreendimento. César Felde declarou reproduzir o questionamento – ainda sem resposta – que formulou nas precedentes audiências públicas, sobre quais seriam os traçados alternativos sugeridos, e sobre qual dentre eles seria o preferencial. O representante do DERSA declarou que a empresa conta com profissionais da área de serviço social experientes no trato das mais complexas questões, a exemplo dos impactos decorrentes do reassentamento das famílias. Assegurou a todos que o valor pago pelas desapropriações era baseado no laudo de peritos especializados, procedimento que esclareceu às minúcias, e que essa quantia buscava corresponder ao valor de mercado dos imóveis. José Souza Costa interveio, observando que não se compatibilizava o cronograma das obras com o período que ainda restava daquele Governo, o que suscitava o temor de que fossem súbito descontinuadas. Teceu críticas ao modo como o DERSA gerencia suas obras, assim como à fiscalização do quanto lhe cumpre executar nesses atos de gestão. Criticou também a não priorização da mão de obra local para execução das obras. Kramer Caldeira de Moura indagou qual será a destinação do material produzido pelas obras, e a que plano obedecerá o transporte desse material. Iracema Carvalho Barbosa de Lima manifestou sua preocupação com a segurança face ao aumento do fluxo de veículos, e indagou se seria implantada uma ciclovia ou apenas uma ciclofaixa ao longo da rodovia. Ressaltou a gravidade dos impactos decorrentes da desapropriação das famílias, muitas delas residentes no local há mais de quarenta anos, e exortou a que se tomasse uma decisão refletida acerca do empreendimento, a fim de se evitar futuros dissabores. Eduardo Hipólito do Rego, Secretário de Meio Ambiente do Município de São Sebastião, teceu considerações sobre os interesses



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

– econômicos, ambientais, sociais etc. – envolvidos com a implantação do Contorno Sul, e ponderou que o custo da obra é irrevelante face aos prováveis impactos que provocará. Wallace de Araújo Moreira perquiriu que garantias seriam asseguradas às famílias expropriadas, e manifestou sua indignação com o valor cobrado para atravessar de balsa de São Sebastião para Ilhabela. Mike Buser criticou a presença invasiva da Petrobrás no Município, a gestão antidemocrática dos interesses da população, e alertou sobre o ruído que provocará o acesso a São Sebastião, que tornará impraticável viver-se no local. Enfatizou os danos ambientais que decorrerão do empreendimento, especialmente aqueles derivados do desvio que o projeto prevê para evitar-se passar pelo terreno onde implantada a Petrobrás, e propôs uma alternativa de percurso, que apresentou aos técnicos responsáveis pelo EIA. Julian Souza Freitas, morador de área próxima à rodovia, repudiou a forma como foram identificadas e contabilizadas as casas objeto da desapropriação, ou seja, por meio de imagem de satélite desatualizadas, posto que datadas de 2009, e questionou eventuais benefícios do aumento de tráfego na região. Ronaldo Guergolet rogou ao empreendedor não voltasse as costas aos legítimos interesses da população sebastianense. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas e esclarecimentos às dúvidas e questionamentos suscitados no curso da audiência. Ana Maria Iversson, representante da IGP Consultoria, esclareceu que obras que possuíam aquele nível de complexidade eram estudadas ao longo de várias fases e construídas sobre a base dos consensos firmados, e que ainda não se havia fixado a diretriz em que se basearia o Contorno. Pontuou que não havia alternativa com impacto zero possível para o projeto, fornecendo argumentos a sustentar sua posição, e informou que o material retirado das obras para construção do túnel, segundo a proposta apresentada, seria utilizado para o aterro na planície aluvial de Caraguatatuba e na produção de concreto. Esclareceu que cruzar, ao invés de área onde residem hoje cento e cinquenta famílias, as instalações da Petrobrás, era tecnicamente inviável, o que fundamentou. Forneceu especificidades sobre o traçado do Contorno Sul, justificando as alternativas eleitas, e justificou que a priorização da mão-de-obra local, embora houvesse já sido adotada em empreendimentos semelhantes envolvia uma gestão de projeto que incluía fiscalização da sociedade organizada e participação da população e da Municipalidade interessada. Ponderou que o projeto precisa ser economicamente viável e que deve trazer benefícios que arquem com o custo da execução, sem olvidar o melhor rigor ambiental e social. Goering Banzoti questionou aspectos da proposta de realocação das famílias expropriadas, e pôs em relevo aspectos problemáticos do projeto apresentado. Questionou-se se já haviam sido feitos cálculos acerca das indenizações, caso a caso. Telma Consani indagou acerca da logística de transportes para Ilhabela e se haviam sido realizados levantamentos sobre as escolas técnicas existentes na região. Ana Maria Iversson declarou que não havia nenhuma alternativa que possibilitasse trazer o Contorno Sul para o centro de São Sebastião sem afetar as edificações, carreando à discussão as alternativas possíveis para questões correlatas. Reforçou que o cadastro das famílias afetadas diretamente pelas obras não fora elaborado por conta do fato de ainda permanecer em discussão, e ofereceu detalhes pertinentes. Informou, acerca da travessia para São Sebastião, que sua logística carece ainda dos dados necessários à sua elaboração, mas que, uma vez concluída, seria em momento oportuno divulgada. Ao final, informou que todas as alternativas e possíveis soluções para as questões que ora se apresentavam seriam largamente discutidas com a Municipalidade e com o órgão licenciador estadual, e colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos. Foram protocolizadas junto à Mesa Diretora dos Trabalhos os seguintes documentos: 1) Ofício SEMAM nº 124/12, da Prefeitura de São Sebastião, referente ao licenciamento dos contornos rodoviários de Caraguatatuba e de São Sebastião; e 2) Manifestação do engenheiro Francisco Fabbro Neto acerca do empreendimento em



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

discussão. Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do CONSEMA, depois de informar terem sido cumpridas todas as etapas da audiência, observou que, mesmo assim, percebia que alguns dos presentes ainda se dispunham a pedir informações, e que, como já se havia alcançado o teto, orientava essas pessoas a se dirigirem por escrito aos responsáveis pelos estudos e aos órgãos proponentes da obra. Observou que, além disso, ainda havia o prazo de cinco (5) dias úteis contados da data dessa audiência, para encaminhar suas propostas, críticas ou sugestões que podem ser encaminhadas ao CONSEMA através do mensagem eletrônica para a caixa postal [consema.sp@ambiente.sp.gov.br](mailto:consema.sp@ambiente.sp.gov.br) ou protocolada diretamente na Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, Gerson Cotrim Filiberto, Executivo Público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.